

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CAMPUS VII – CODÓ/MA  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA

IARA VAZ BASTOS

O ÍNDIO NAS PERCEPÇÕES DE DISCENTES E DOCENTES E NAS  
REPRESENTAÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA  
ESCOLA UNIDADE INTEGRADA MUNICIPAL GOVERNADOR  
ARCHER EM CODÓ/MA

CODÓ/MA  
2018

IARA VAZ BASTOS

O ÍNDIO NAS PERCEPÇÕES DE DISCENTES E DOCENTES E NAS  
REPRESENTAÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA  
ESCOLA UNIDADE INTEGRADA MUNICIPAL GOVERNADOR  
ARCHER EM CODÓ/MA

Monografia apresentada a Universidade  
Federal do Maranhão, como requisito  
parcial para a obtenção do grau de  
Licenciada em Ciências Humanas-  
História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Waldílio  
da Silva Sousa

CODÓ-MA  
2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Bastos, Iara Vaz.

O ÍNDIO NAS PERCEPÇÕES DE DISCENTES E DOCENTES E NAS REPRESENTAÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA ESCOLA UNIDADE INTEGRADA MUNICIPAL GOVERNADOR ARCHER EM CODÓ/MA / Iara Vaz Bastos. - 2018.

52 f.

Orientador(a): Francisco Waldílio da Silva Sousa.  
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, CODÓ, 2018.

1. Escola. 2. Indígenas. 3. Lei. I. da Silva Sousa, Francisco Waldílio. II. Título.

IARA VAZ BASTOS

O ÍNDIO NAS PERCEPÇÕES DE DISCENTES E DOCENTES E NAS  
REPRESENTAÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA  
ESCOLA UNIDADE INTEGRADA MUNICIPAL GOVERNADOR  
ARCHER EM CODÓ/MA

Monografia apresentada a Universidade  
Federal do Maranhão, como requisito  
parcial para a obtenção do grau de  
Licenciada em Ciências Humanas-  
História.

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa - UFMA  
Presidente da banca

---

Prof. Dr. Domingos Ribeiro Mendes Junior - UFMA  
Examinador Interno

---

Prof. Esp. Márcio Douglas de Carvalho e Silva (mestrando)  
Examinador Externo

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus por que sem ele nada seria possível.

Ao meu orientador pela paciência, boa vontade e dedicação em mostrar o melhor direcionamento para que esse trabalho se concretizasse.

Aos meus pais que direta ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse até a esse momento.

Às minhas amigas a quem conheci na vida acadêmica pelo incentivo nos momentos que houve o pensar em desistir e que fizeram com que a caminhada fosse menos pesada e mais agradável.

*Os progressos obtidos por meio do ensino são lentos; já os obtidos por meio de exemplos são mais imediatos e eficazes.*

*Sêneca*

## **RESUMO**

Este trabalho investigou como as populações indígenas são percebidos por alunos e professores da U.I.M Governador Archer em Codó-Ma e como estas são abordados nos livros didáticos de história atualmente utilizados nessa escola. Os indígenas foram relegados a meros coadjuvantes da história da colonização portuguesa tendo sua participação e história na constituição do território e cultura nacional minimizada, sendo considerados uma sociedade sem passado. Uma das conquistas da população indígena foi concedida com a Lei nº11.645/2008 que complementa a então já existente Lei 10.639/03 assim torna-se obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, o estudo da cultura afro-brasileira e indígena.

**Palavras-chave:** indígenas – escola – lei.

## **ABSTRACT**

This work investigated how indigenous populations are perceived by U.I.M Governador Archer students and teachers and how these are addressed in the history textbooks currently used in this school. The Indians were relegated to were considered mere auxiliaries of the history of the Portuguese colonization, having their participation and history in the constitution of the territory and national culture minimized, being considered a society without past. One of the achievements of the indigenous population was granted by Law n° 11.645 / 2008, which complements the then existing Law 10.639 / 03, so that the study of Afro-Brazilian culture is compulsory in public and private primary, secondary schools and indigenous.

**Keywords:** indigenous - Law - school.



## LISTAS DE QUADROS

GRÁFICO 01- Percepções sobre o índio a partir de adjetivos .....	24
GRÁFICO 02- Importância do índio para a formação da cultura brasileira .....	25
GRÁFICO 03- Percepções sobre o índio a partir de assertivas .....	26
GRÁFICO 04- Percepções sobre o índio a partir de imagens .....	27

## **LISTAS DE FIGURAS**

Figura 01- Indígenas vivendo nas cidades e em aldeias .....	37
Figura 02 - A carta de Pero Vaz de Caminha (trecho 1) .....	40
Figura 03- A carta de Pero Vaz de Caminha (trecho 2) .....	41

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NO BRASIL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS.....	15
3. O ÍNDIO E A CULTURA INDÍGENA NA PERCEPÇÃO DE DISCENTES.....	24
4. REPRESENTAÇÕES DOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO.....	34
4.1. Representações de professores acerca do índio.....	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	48
6. REFERÊNCIAS.....	50

## 1. INTRODUÇÃO

Embora a Lei 11.645/2008 tenha sido promulgada há 9 anos, ainda se faz necessário uma reflexão sobre o que mudou e se houve mudança na maneira de ensinar e na forma que os materiais didáticos abordam a temática indígena em sala de aula, a lei é um complemento da lei 10.639/03 que garante o ensino da História e cultura Afro-brasileira no currículo escolar nível fundamental e médio grupo étnico também importante de ser reconhecido. A partir de 2008 quando foi promulgada a lei passa se também ser obrigatória o ensino da história e cultura indígena reconhecendo sua participação na formação cultural do país, assim a educação básica torna-se obrigada a abordar, o negro e o índio (suas histórias e culturas) no currículo de modo a garantir o reconhecimento dessas etnias na formação e na história do país.

No entanto, sabe-se que mudar uma situação onde esses grupos étnicos, que durante a maior parte da história do país sempre ficaram, e ainda ficam à margem, não é algo fácil. Embora os direitos estejam baseados em leis, não se tem resultados imediatos, ocasionando a permanência de práticas e conceitos estereotipados sobre índios e negros. Assim, esse trabalho visa lançar reflexões acerca das representações que alunos e professores têm sobre o indígena, e identificar como estes estão descritos nos materiais didáticos utilizados pelos interlocutores desta pesquisa. Nesse sentido, este trabalho discute a questão indígena no ambiente escolar, tendo como base a Lei 11.645 de 2008.

Sendo a inserção da temática indígena na escola baseada em lei, cabe conhecer essa lei, seu objetivo, e as considerações de alguns autores sobre tais preconizações legais. Assim o **Primeiro capítulo** tem como objetivo apresentar essa lei como um avanço para a valorização dos indígenas diante da história do Brasil. É exposto também algumas considerações que alguns autores como Grupioni (1995), Nascimento (2013) e Bezerra (2017), tem sobre essa lei que dá início a um processo que embora lento, tem dado resultado no que se refere ao levantamento de questões e reflexões sobre sua aplicabilidade e sobre a visibilidade da história indígena no ensino.

Assim, a escola na qual foi realizada a pesquisa é a Unidade Integrada Municipal Governador Archer. De início, o objetivo era aplicar os questionários com todos os alunos da escola, mas devido ao tempo e a falta de disponibilidade dos professores em cederem horários para a aplicação de questionários em todas as turmas

por ser final de ano letivo, só foi possível realizar a pesquisa com os alunos das turmas de 6º e 7º ano. Foram aplicados dois questionários um para cada turma, os resultados dão origem ao **Segundo capítulo** desta monografia. Para uma melhor visualização, o primeiro questionário foi disposto em gráficos. A partir desses gráficos pode-se entender qual a percepção que os alunos têm do índio. Esse questionário é composto de perguntas fechadas com alternativas a serem marcadas pelos alunos, mediante os gráficos dá para saber quais alternativas relacionadas aos indígenas fora mais marcada, assim possibilitando um entendimento sobre a percepção desses alunos para com os indígenas.

O segundo questionário aplicado aos alunos do 7º ano, foi organizado com perguntas abertas na qual exigiu que os alunos escrevessem para responder as perguntas. Os resultados desses questionários também compõem o segundo capítulo. A partir desses dois questionários foi possível perceber quão errônea ainda é a visão de estudantes para com os índios.

O **Terceiro capítulo** refere-se sobre o material didático utilizado por esses alunos. O livro didático é muitas vezes o único material que os alunos têm em mãos, e que por muito tempo e em diversos momentos da história seve como instrumento de legitimação de preconceitos e discriminação. Assim, foi realizada uma análise sobre como os índios aparecem nos seus conteúdos e sobre a abrangência dada à temática disposto nos capítulos, assim foi possível perceber quais, e se tem permanências de conceitos e visões baseadas em estereótipos preconceituosos em relação a história indígena.

Ainda em relação a este último capítulo há os resultados do terceiro questionário, que fora aplicado aos professores. Assim, como nos questionários aplicados aos alunos, este também, de início era para ser aplicado a todos os professores da escola, mas em decorrência do pouco tempo que dispúnhamos e, ainda, dada a limitação de disponibilidade da escola, optou-se por aplicar com três professores, sendo dois de história e um de geografia. Este último questionário tem por objeto saber o que os professores pensam sobre os indígenas e sobre o material didático disponível nas escolas.

Sendo uma das principais contribuições da Lei 11.645/08, o aumento das discussões relacionadas a questão indígena, no que diz respeito as pesquisas e reflexões sobre a efetividade da lei, este trabalho tem como objetivo contribuir para tais reflexões

por meio das atuais percepções acerca do indígena por parte de alunos, professores e nos livros didáticos. Reconhecer o avanço ou não avanço da lei no que se refere a inserção e valorização da temática indígena no ensino, e ainda fazendo dessa reflexão um objeto de pesquisa, traz contribuições importantes no que se refere a levar esses resultados ao conhecimento de outras pessoas fazendo com que este trabalho seja um ponto inicial para outras reflexões sobre o indígena ou qualquer grupo de sujeitos que seja considerado minoria e discriminados por conta disso.

Enquanto graduanda de história e pesquisadora, ter como objeto de pesquisa a história indígena, bem como os atores desse processo, como professores e alunos é um desafio, pois trabalhar com as minorias, no caso desta pesquisa, os indígenas, requer muita responsabilidade, por se tratar de um tema muito discutido atualmente, e que necessita que haja um comprometimento com o reconhecimento e respeito a estas populações. Uma das dificuldades ao se trabalhar com essa temática foi o pouco conhecimento e base teórica sobre os indígenas, apesar do curso ser de História e também um curso interdisciplinar, essa temática não foi muito enfatizada durante as disciplinas, e também não houve nenhuma disciplina específica para essa temática, a não ser uma disciplina optativa ofertada durante as férias que tratava da questão indígena, porém por não ser obrigatória não obteve grande número de pessoas matriculadas, sendo importante e necessária somente para complemento de carga horária.

Assim, as pesquisas que são relacionadas a questão das minorias, como esta, por exemplo, que contempla a questão indígena, na qual foi e ainda é alvo de preconceitos e discriminações tem como relevância atenuar tais discriminações aumentando as produções de cunho científico sobre os indígenas de modo a proporcionar uma reflexão sobre o reconhecimento e respeito das etnias indígenas por parte dos que possam vir a ter acesso a este trabalho.

Deste do início quando começou a surgir ideias de possíveis temas de trabalho de conclusão de curso, as temáticas relacionadas aos grupos de sujeitos considerados minoria sempre apareceu como uma das primeiras opções, e não foi por acaso que a primeira opção esteve relacionada a questão negra tendo como base a lei 10.639/03. Diante de várias mudanças no processo de orientação houve também muitas mudanças ao que se refere ao tema de pesquisa até chegar ao atual que é entender quais as representações sobre os indígenas que os alunos e professores tem e como é representada

a história indígena nos livros didáticos, assim foi para responder a estes questionamentos, que deu origem a pesquisa realizada na Escola Municipal Governador Archer. A escolha da escola se deu pelo fato de ser uma escola razoavelmente grande, bem localizada e que atende há alunos de bairros próximos da localização da escola, proporcionando uma grande diversidade de alunos.

## **2. O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NO BRASIL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

No campo do ensino de História, a cada dia mais vem sendo reconhecida a importância da abordagem da pluralidade de culturas e etnias no território brasileiro advindos do início da colonização. Grupos étnicos variados como os de negros e de indígenas, comumente “renegados” por parte de historiadores e pela historiografia mais disseminada, vem ganhando espaço nas discussões e nos debates relativos às instituições públicas brasileiras. Na escola, assim como na sociedade como um todo, há uma variedade cultural, religiosa e de identidades de vários feitios. No entanto, nesse mesmo espaço, a escola, há a predominância de ensino voltado para a cultura dominante, há uma educação eurocêntrica difícil de ser superada, embora esta seja muito questionada atualmente.

A reflexão sobre o ensino de história é de fundamental importância para se ter um acompanhamento contínuo e efetivo sobre o que, e como os alunos estão aprendendo história nas salas de aula. Essa é uma questão muito discutida por parte de professores e pesquisadores. Para (NADAI; BITTENCOURT, 2012) repensar a História como disciplina escolar requer dos professores um momento de reflexão que envolve considerações que vão além dos conteúdos, metodologias de ensino e recursos didáticos. Trata-se de refletir sobre o sentido político e social da disciplina histórica.

Na História e seu ensino em sala de aula, percebe-se as mudanças que ocorreram durante os últimos anos, alargando o olhar do ensino e da pesquisa histórica, mudando o foco da história dos grandes homens para a história de toda uma sociedade, contemplando trabalhadores, mulheres, negros, índios, etc.

Assim, reconhecendo a multiplicidade de culturas no país e mais ainda, reconhecendo o índio como sujeito pertencente a contemporaneidade e não como sujeito isolado e quase inexistente, mas sim como pertencente a grupos organizados socialmente com seus costumes, crenças e maneira de agir, a educação e o ensino deverão dispor de mecanismos e políticas que garantem a inclusão e permanências das histórias e expressões socioculturais no currículo escolar. Segundo Silva (2012):

Essa exigência deve ser atendida com a contribuição de especialistas, a participação dos próprios sujeitos sociais, os índios, na formação de



futuros/as docentes, na formação continuada daqueles que discutem a temática indígena e atuam na produção de subsídios didáticos em todos os níveis de ensino, seja nas universidades ou nas secretarias estaduais e municipais. Só assim deixaremos de tratar as diferenças socioculturais como estranhas, exóticas e folclóricas. (Re) conhecendo em definitivo os ‘índios’ como povos indígenas, com seus direitos de expressões próprias que podem contribuir decisivamente para a nossa sociedade, para todos nós, para a riqueza da humanidade. (SILVA, 2012, p. 217)

Diante das mudanças de perspectivas do ensino de História e as discussões relativas a pluralidade étnica tem como consequência sua inserção na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)<sup>1</sup>. A LDB diz que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. (BRASIL, 1996)

Com relação aos povos indígenas, estes tiveram alguns ganhos no que se refere a educação e reconhecimento. A partir da década de 1970 começa a surgir grupos organizados que discutiam a questão dos direitos dos indígenas multiplicando as organizações não-governamentais de apoio aos índios, posteriormente são criadas organizações e associações indígenas, culminando na criação em 1980 na União das Nações Indígenas. Assim inicia-se um movimento que buscava soluções para as questões indígenas como o respeito a diversidade linguística e étnica, dessa forma a educação escolar ganha um caráter diferente se comparado ao início da colonização e da primeira república na qual “pressupõem a participação ativa das comunidades indígenas, representadas por seus líderes, na elaboração, acompanhamento e execução dos projetos desenvolvidos em seus territórios” (Secad/MEC, 2007, p.15).

Atualmente, no ensino da temática indígena a mudança mais expressiva e mais discutida se atribui a Lei nº 11.645/08, onde foram alteradas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (BRASIL, 2008).

A Lei 11.645/08 é um complemento da Lei 10.639/03 que garante a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira no currículo escolar, a partir da lei de 2008 os estudos e reconhecimentos de grupos étnicos na constituição do

---

<sup>1</sup> A lei 9394/96 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, traz as diretrizes gerais da educação brasileira, seja pública ou privada.

país torna-se obrigatório além do ensino de História e Cultura afro-brasileira também a indígena.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “ História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. (BRASIL,2008)

A necessidade da Lei justifica-se pela falta de espaço e obrigatoriedade da história desses grupos étnicos nos materiais didáticos e no ensino em sala de aula e pela crescente discussão de grupos de pessoas que apoiam a causa indígena;

A promulgação da lei 11.645 atende antiga reivindicação do movimento indígena do país e de estudiosos da questão indígena no sentido de criar mecanismos para que a escola brasileira dê um tratamento adequado à diversidade étnica e cultural que marca nossa sociedade. (GRUPIONI, 2012, p.09)

Porém, pensar que os muitos equívocos relacionados as sociedades indígenas fossem solucionadas imediatamente seria ingenuidade. Apesar da lei e dos avanços ocorridos após sua promulgação como na divulgação e o fácil acesso a história indígena nos meios acadêmicos e escolares, ainda há muito o que saber sobre a divulgação e reconhecimento desses povos. Ainda há muito conhecimento a ser desvendado e ampliando, pois a “ignorância e preconceito em relação aos povos indígenas permanece com amplas ramificações pela sociedade” (GRUPIONI, 2012, p.10)

Assim, em um dos espaços que por obrigação teria a responsabilidades de cessar os resquícios de intolerância e estereótipos relacionados a cultura indígena é onde provavelmente mais se dissemina tais equívocos. A escola por intermédio dos livros didáticos, em destaque os livros de História, quase sempre acaba repassando às crianças e adolescentes a imagem do índio como sendo todos iguais, não evidenciando suas particularidades, e pior, os veem somente como atuantes durante o período colonial, não abordando as comunidades indígenas na contemporaneidade, assim;

- 1) índios e negros são quase sempre enfocados no passado e de forma secundária: o índio aparece em função do colonizador;
- 2) a história é estanque, marcada por eventos significativos de uma historiografia basicamente europeia;
- 3) os livros didáticos ignoram o processo histórico que teve curso no continente;

- 4) os povos indígenas são apresentados pela negação de traços culturais significativos (falta de escrita, falta de governo; falta de tecnologia para lidar com metais, etc.);
- 5) omissão, redução e simplificação do papel indígena na história;
- 6) operam com a noção de índio genérico, ignorando a diversidade que sempre existiu entre esses povos;
- 7) generalizam traços culturais próprios de um povo para todos os povos indígenas;
- 8) trabalham com a dicotomia índios puros, vivendo na Amazônia *versus* índios já contaminados pela civilização, onde a aculturação é um caminho sem volta. (GRUPIONI, 2012 p.11)

Neste sentido, a maioria dos materiais escolares deixam a entender que os indígenas juntamente com sua cultura só existiram no passado, não evidenciam a sua continuidade e presença na sociedade, nem os espaços que ocupam, e muitos menos as injustiças sofridas desde a colonização até a atualidade. Poderia afirmar, então que a não contemplação da história e participação do indígena no processo de formação da cultura nacional já é uma injustiça. Nos livros didáticos ainda se encontram percepções acerca do indígena como primitivo e atrasado.

Essa produção didática sobre os povos indígenas na história ensinada nas escolas tem, sobremaneira, dificultado o cumprimento da Lei nº.11.645 de 2008, que tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos escolares do país, sobretudo pela dificuldade em introduzir e desenvolver as contribuições históricas e sociais dos povos indígenas a partir das discussões sobre questões étnico-raciais sob novas perspectivas e abordagens historiográficas e acadêmicas. (BEZERRA, 2017, p.279);

Sendo a lei fruto de reivindicações e discussões de grupos interessados faz-se necessário ter um posicionamento de modo que garanta que a referida Lei possa ser colocada em prática. Tal posicionamento poderia se dar mediante a continuidade dessas discussões e debates em torno da questão indígena nos âmbitos de ensino e refletir sobre a visibilidade dos povos indígenas nos livros didáticos, especialmente nos de História, de modo que possa contribuir para minimizar ou acabar com a visão estereotipada que ainda permanece na visão da sociedade, pois;

Uma sociedade que almeja uma convivência pautada pelo respeito, pela justiça e pela paz social, pela igualdade de condições a serem propiciadas a todos os seus integrantes para que possam se desenvolver como sujeitos autônomos e encontrem o bem viver, precisa refletir sobre os diferentes grupos e segmentos que a compõem. (GRUPIONI, 2012, p.23)

Segundo a lei, cabe aos professores e a escola divulgar e produzir atitudes em prol das relações étnico-raciais, assim incluiu-se no ensino, os aspectos relacionados as duas culturas étnicas que participaram da construção da sociedade brasileira a negra e a indígena. De acordo com Nascimento (2013);

Em relação ao ensino de história e cultura indígena se faz necessário um apoio aos professores para elaboração de planos, projetos e seleção de conteúdos com foco nas relações étnico-raciais. Também mapear e divulgar experiências pedagógicas, verificar as principais dúvidas e dificuldades dos professores em relação ao trabalho com a questão étnica. (NASCIMENTO, 2013 p.155)

Porém, mudar o quadro de exclusão de sujeitos históricos que ao longo da história vem sendo discriminado e inferiorizado por possuírem modos de viver e agir diferentes dos demais sujeitos, provavelmente não será tão fácil, esses grupos étnicos foram obrigados a lidarem com discriminação e estereótipos dos mais variados tipos por parte de sociedade majoritária.

[...] a lei 11.645 pretende fazer aos professores e seus alunos, aos sistemas de ensino e seus gestores: tomar os povos indígenas como eixo para refletirmos sobre a nossa própria sociedade e sobre os caminhos possíveis para melhorá-la, para torná-la mais justa, mais igual para todos, mais harmônica, menos cruel, menos violenta, menos intolerante, menos discriminatória, menos racista. (GRUPIONI, 2012, p.23)

Por discriminação entende-se “como tratamento desfavorável dado arbitrariamente a certas categorias de pessoas ou grupos” (GRUPIONI, 2012, p. 24). Tais discriminações e estereótipos repassados na sociedade e nos meios de ensino é algo a ser dissipado a longo prazo mediante práticas voltadas que valorizem a pluralidade étnica. Segundo Nascimento:

Conhecer os grupos que fizeram parte da formação de um lugar implica em discutir o processo de ocupação e apropriação deste, fazendo um levantamento sócio Histórico dos grupos sociais que o compõem. Deve-se, para ter uma amplitude histórica maior, abordar tanto, aspectos econômicos e políticos, como sociais, culturais e demográficos, contribuindo no entendimento da questão da ocupação, uma vez que pode mostrar mais e novos aspectos desta, na região. (NASCIMENTO, 2013, p.153)

Em relatório técnico da UNESCO, Grupione (2012) destaca algumas iniciativas que foram realizadas já no âmbito da lei nº 11.645, levantadas junto a SECADI, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Dentre as iniciativas citadas no relatório, há uma que se deu em 2009 quando o “Ministério da Educação lançou um edital para a produção de livros sobre a temática indígena para o ensino fundamental e médio”, tendo como base a Lei recém promulgada, o edital convoca “instituições de ensino superior sem fins lucrativos para com experiência junto a povos indígenas a apresentarem propostas de material didático” (GRUPIONI, 2012, p. 35). Uma outra iniciativa apontada, diz respeito a “criação de uma rede de educação para a diversidade; uma parceria da SECADI, Capes e com a Universidade Aberta do Brasil com ofertas de cursos à distância sobre as temáticas da diversidade”.

Desse modo, este trabalho visa contribuir com os debates acerca da representação social dos povos indígenas nos currículos escolares e na comunidade escolar, dando atenção para a realidade na qual a lei se aplica que é a escola, possibilitando um entendimento sobre a efetividade e os avanços da Lei, e as permanências e perpetuação de estereótipos e conceitos preconceituosos acerca dos indígenas. Isso possibilita contribuir para a fomentação e o não esquecimento das questões indígenas na atualidade.

Por estereótipo entende-se ser “um ‘tipo social’, uma representação comum posta em larga circulação, mas que não necessariamente faz jus à realidade: ela existe somente enquanto representação social de um dado real” (BRITO; BONA, 2014, p. 18), o estereótipo é então uma visão simplificada e muitas vezes errônea do real. A partir do nível de entendimento que se tem sobre essa realidade, é preciso compreender também que o estereótipo produzido por um determinado grupo social em relação a outro pode ser passado e perpetuado por longas gerações. A afirmação desses estereótipos faz com que estes sejam legitimados, ou seja, faz com que sejam para algumas pessoas verdades inquestionáveis.

Partindo do entendimento do que seria estereótipo e sua disseminação, é possível entender os primeiros relatos sobre os indígenas durante o período da colonização que foram feitos a partir da visão de um determinado grupo social que aqui chega sem conhecer as terras e as pessoas que aqui viviam, assim as informações que

foram produzidas na época, e perpetuadas foram escritas a partir do olhar europeu, a vida e os hábitos dos indígenas são descritas a partir de uma visão etnocêntrica.

Muitas das percepções produzidas acerca dos indígenas durante a colonização ainda são perpetuadas e consideradas como verdades, ocasionando na discriminação de povos indígenas ainda existentes no território nacional. Desse modo, o imaginário europeu ainda influencia a percepção das pessoas em relação aos indígenas. No âmbito escolar tem-se os manuais didáticos que apesar da obrigatoriedade da História e da Cultura indígena nos seus conteúdos, ainda permanece reduzida o conhecimento exposto sobre as comunidades indígenas.

Para efetivação da Lei 11.645/08 é necessário que haja um contínuo acompanhamento de como está sendo passado o conhecimento acerca dos indígenas, acompanhamento este, que poderá ser feito mediante pesquisas e reflexões acerca do que se passa nas escolas e salas de aulas. Não se deve neste sentido, fazer uma imposição de responsabilidades só aos professores, ou aos materiais didáticos, ou mesmo a gestão escolar, cada instrumento de aprendizagem, cada meio que o aluno tem de apreender, deve agir em conjunto;

Podemos considerar que a elaboração das representações sobre os indígenas por parte dos estudantes são influenciadas tanto pelos materiais didáticos utilizados no dia a dia, como pela interação com os professores durante as aulas. Dessa maneira, levantar e analisar como os indígenas estão reproduzidos nos discursos dos materiais didáticos e dos professores pode nos proporcionar reflexões e trazer respostas sobre como as imagens desses povos chegam até os alunos na escola. (BIGELI, 2015, p.04)

Há que reconhecer o avanço que houve na visibilidade da questão indígena, no âmbito nacional como a implementação da escola indígena. Antes tendo função missionária, agora regido, pelo governo, onde os agentes responsáveis são os próprios indígenas, e com a lei 11.645 de 2008.

O Prof. Doutor Gersem José dos Santos Luciano, conhecido como Gersem Baniwa, estudioso da cultura indígena do Brasil, e nascido na aldeia Yaquirana terra indígena no alto Rio Negro, Amazonas, em entrevista à Revista de Educação do COGEIME, discorre algumas considerações sobre a Lei. Ao ser indagado se houve a

efetivação da lei ao que se refere ao estudo das duas culturas importantes na formação do povo brasileiro, Baniwa declara que;

De algum modo sim. Neste primeiro momento, a Lei pelo menos vem estimulando o debate e a preocupação com a temática. Pessoas, escolas, instituições educativas e a mídia passaram a se preocupar e se interessar mais com questões que envolvem as histórias e culturas dos povos originários e dos povos de origem africana. Têm se multiplicado congressos, seminários, encontros, oficinas e cursos que abordam essas temáticas. (BANIWA, 2016, p.12)

Ainda segundo Baniwa;

Se o objetivo maior da Lei é combater e superar o preconceito e o racismo, que são históricos em nosso país, por meio de adequada informação acerca desses povos, o alcance desse nobre propósito só se dará em médio e longo prazo, cujo primeiro passo deve ser o de criar um ambiente e hábito cultural e cognitivo de reconhecimento e conhecimento de suas existências, enquanto povos étnica e culturalmente distintos. (BANIWA, 2016, p.12)

A caminhada rumo a uma sociedade que se reconheça como pertencente a um país multicultural, na qual essas diferenciações sejam reconhecidas e respeitadas, se dá de maneira lenta, devido as práticas discriminatórias serem há muito tempo disseminadas, estando assim muito difundidas no imaginário que a sociedade não indígena tem sobre os indígenas.

Com relação aos avanços nas discussões e direitos dos indígenas na cidade de Codó não há nenhuma iniciativa no que se refere a questão indígena, não há escolas indígenas segundo a SEMED (Secretaria Municipal de Educação), porém, foi informado que há dois anos o MEC teria enviado uma proposta voltada para a questão indígena; um formulário a ser preenchido, porém segundo a secretaria essa proposta não foi colocada em prática. Foi informado ainda que possivelmente teria informações sobre escolas indígenas na paróquia Santa Rita localizada no centro da cidade, mas segundo a paróquia houve sim uma escola na zona rural sob sua responsabilidade, porém não possuía relação com as questões indígenas.

Reconhecido o avanço proporcionado pela Lei 11.645/2008 e também a pouca mudança posterior a publicação, em primeiro momento, os questionários aplicados

aos alunos de 6º e 7º ano serão utilizados como forma de compreender a percepção que eles têm a respeito dos indígenas e do que é ser índio.



### 3. O ÍNDIO E A CULTURA INDÍGENA NA PERCEPÇÃO DE DISCENTES

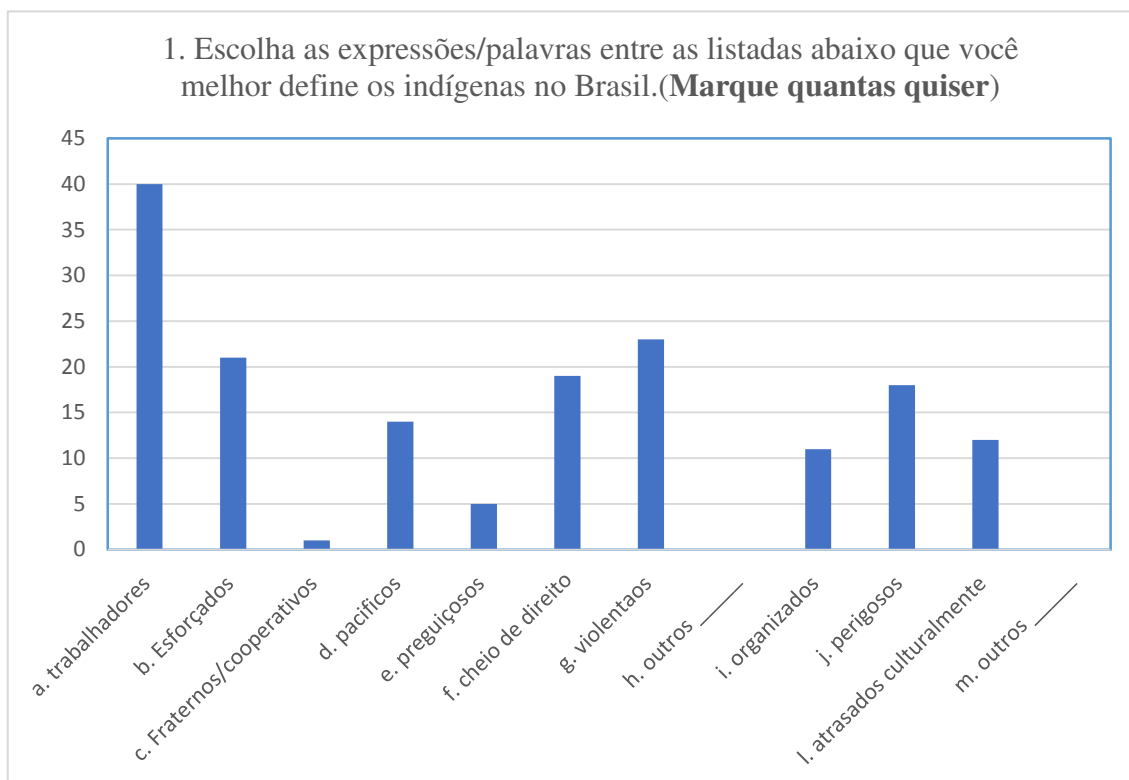
Entendendo os pressupostos da Lei que complementa a 10.639/03 garantindo a obrigatoriedade da história, e o preconceito ainda existentes em reação aos povos que indígenas, há a necessidade de sempre haver uma reflexão acerca de como e o que está sendo feito dentro dos estabelecimentos de ensino que garantem a efetividade da Lei, e mais ainda, como os alunos entendem a história indígena e como eles veem os indígenas na atualidade.

Afim de responder tais inquietações foi realizado na escola U.I.M Governador Archer, dois questionários elaborados juntamente com o orientador da pesquisa que possibilitam maior entendimento sobre a percepção que esses alunos têm com relação aos indígenas. A ideia inicial seria aplicar os questionários em todas as turmas tendo um maior número de dados possíveis para análise, porém devido ao término do ano letivo e a falta de disponibilidade da escola e das salas de disporem de tempo para a aplicação de questionários em todas as turmas, optamos por aplicar em somente duas no 6º e 7º ano.

Voltar o olhar sobre as escolas faz-se necessário por se considerar esse espaço como formador de cidadãos conscientes e tolerantes para com os outros, para com o que é diferente, assim a escola atendendo as expectativas da Lei 11.645/08 tende a preparar os alunos para o reconhecimento da diferença como algo pertencente a sociedade como um todo, não mais algo alheio e distante ou mesmo visto como uma ameaça, assim “isso se torna possível na medida em que nos dispusermos a rever algumas ideias e valores, percebendo as construções ideológicas que sustentam determinadas visões sobre a questão indígena”(GRUPIONI, 2012, p.21).

Esse processo de reconhecimento do indígena e suas culturas tem por base além do material didático, o trabalho e a posição de professores, gestores e supervisores frente a questão indígena, o aluno por si só não seria capaz de fazer essa reforma de consciência, assim entender essa mudança de visão em relação ao indígena e em que nível este processo estar é de fundamental importância para rever as estratégias utilizadas e fazer com que essas questões não sejam esquecidas. Os questionários abaixo ajudam a se termos uma ideia das representações que se tem sobre os indígenas, como sua história e cultura estão sendo apreendida pelos alunos.

GRÁFICO 01 – PERCEPÇÕES SOBRE O INDÍGINA A PARTIR DE ADJETIVOS



FONTE: Dados empíricos da pesquisa.

De acordo com os dados acima, os alunos definem os indígenas como sendo, trabalhadores, violentos, esforçados e perigosos, essas foram as palavras que mais foram marcadas nos questionários contrapondo a alternativa “C”. Fraternos e cooperativos a opção menos marcada pelos alunos.

Portanto, percebe-se que pouco mais de 20 alunos, metade dos participantes dos questionários, consideram os indígenas violentos e acima de 15 alunos considera-os perigosos. Tais perspectivas talvez se dê pela permanência e veiculação de informações reduzidas e preconceituosas em relação aos povos indígenas, ou pela não contextualização de informações que os alunos têm acesso. Muito do entendimento que se tem sobre a sociedade indígena, advém dos relatos produzidos durante o início da colonização portuguesa.

Diante do contato entre índios e europeus o choque ocasionado pelas diferenças de costume era inevitável. O resultado de tal diferença foram os vários relatos de portugueses e outros viajantes europeus que por aqui passaram “as diferenças de costumes diante dos europeus eram enfatizadas, sendo ressaltadas as práticas tidas como

bárbaras, como a antropofagia” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 28). Tais relatos, muito provavelmente, ainda estão servindo de base para moldar os conceitos que se tem sobre esses grupos étnicos atualmente.

#### GRÁFICO 02 – IMPORTÂNCIA DO ÍNDIO NA FORMAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

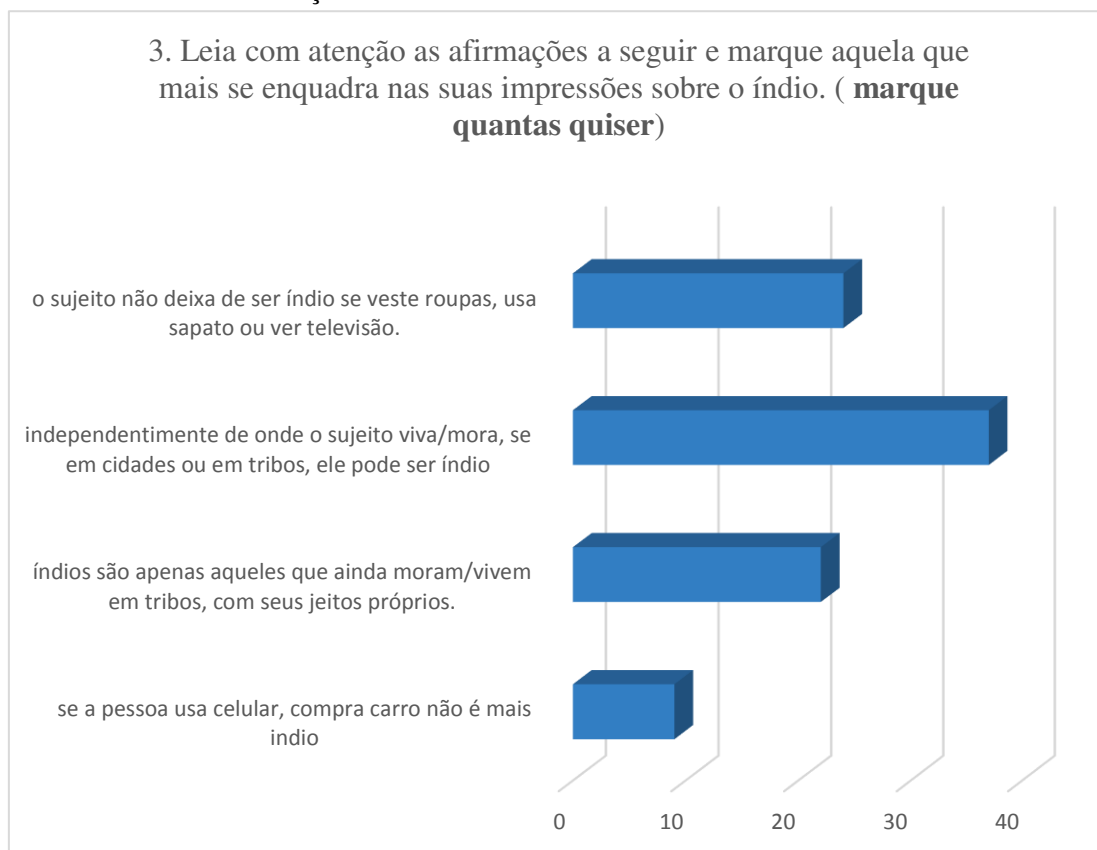


**FONTE:** Dados empíricos da pesquisa

No que se refere a importância do índio para a formação da cultura brasileira grande parte dos alunos marcaram a opção 10, que quer dizer muitíssimo importante. Sendo uma questão que exige somente que os alunos marquem a alternativa que ache ser a melhor.

Apesar da opção 10 que indica a grande importância que os indígenas têm, ter sido mais marcada, há ainda muitos alunos que marcaram a opção 9 e 8, sendo a 8 é a segunda mais marcada depois da opção 10. Assim, 24 alunos um pouco mais da metade marcaram a opção 10 e outros 19 alunos marcaram as demais opções.

GRÁFICO 03- PERCEPÇÕES SOBRE O ÍNDIO A PARTIR DE ASSERTIVAS



**FONTE:** Dados empíricos da pesquisa

No gráfico acima, referente a terceira questão do primeiro questionário aplicado, exige que o aluno marque a afirmativa que mais se enquadra nas suas percepções sobre os indígenas. Nessa, a afirmativa mais marcada foi que “independentemente de onde o sujeito viva/mora, se em cidades ou em tribos, ele pode ser índio”, seguidas pelas afirmativas “o sujeito não deixa de ser índio se veste roupas, usa sapato ou ver televisão” e “índios são apenas aqueles que ainda moram/vivem em tribos, com seus jeitos próprios”.

Nota-se que apesar das afirmativas que reconhecem que o índio não deixa de ser índio por vestir roupas, sapatos ou viver em cidades, forem as mais marcadas, ainda há 20 alunos que marcaram a opção onde diz que índio só é aquele que vive em tribos com seus sujeitos próprio, assim percebe-se que ainda há muito da concepção que índio para ser índio tem de viver em aldeia e ainda permanecer com seu jeito próprio, jeito de índio, com costumes que são consideradas como pertencentes à indígenas.

Os resultados demonstrados no gráfico refletem que apesar dos avanços proporcionados pela Lei 11.645, ainda há muitos que têm o índio como um ser isolado e





A questão acima exposta no gráfico 04, é a uma das que mais dizem sobre o que os alunos pensam sobre os indígenas, como eles o percebem. De acordo com os dados colhidos a partir dessa questão, percebe-se que a imagem do índio ainda permanece como aquele que vive de rosto pintado com arco e flecha nas mãos e com penas sobre o corpo, descritos nas imagens “A” “C” e “F”, estas foram as imagens mais marcadas pelos alunos, percebe-se a grande diferença dos resultados da pesquisa demonstrada no gráfico dessas imagens com as outras imagens de indígenas em espaços como a escola ou com roupas formais como terno e gravata. Como se sabe a presença indígena no território brasileiro sempre foi reconhecida na historiografia porem “essa presença não significou o reconhecimento desse outro e de suas especificidades culturais e históricas” (MOREIRA, 2013, p. 176), o que pode justificar as representações genéricas que se tem sobre os índios demonstrado pelas respostas dos participantes desta pesquisa.

No segundo questionário aplicado aos alunos, foi disposto com perguntas abertas onde os alunos tinham que escrever sobre suas percepções acerca do indígena. A primeira questão indaga aos alunos sobre o que lhes vêm à mente quando ouvem falar em índio. De acordo com algumas respostas, os alunos percebem os indígenas como pertencentes a natureza, no meio da mata e vivendo da caça, segue algumas respostas que afirmam essa perspectiva;

**Resposta.** “Quando eu escuto falar em índio o que vem em minha mente é que os índios se alimentam de animais, pássaros da onde eles

<sup>5</sup> TÍTULO: imagem do google.

<sup>6</sup> TÍTULO: Índio na universidade da FUNAI  
**Fonte:** <[www.aguaboanewsimagens.blogspot.com.br/2015/02/indios-na-universidade.html](http://www.aguaboanewsimagens.blogspot.com.br/2015/02/indios-na-universidade.html)> Acessado em 12dez.17.

<sup>7</sup> TÍTULO: imagem do google.

moram, eles se divertem, mas acho que ruim para eles é isso que eu penso quando ouço sobre o índio”.

**Resposta.** “São pessoas diferentes que moram nas matas e tem seus hábitos e que comem comidas diferentes e são pessoas que ficam mais tempo nos matos caça animais e que ficam quase sem roupa”.

**Resposta.** “ Vem uma imaginação que o índio vem do mato que tem casas com palha e que vem na minha mente sobre os índios são que eles são pessoas humanas e que tem a mesma obrigação que as pessoas normais como nós”.

**Resposta.** “ Pessoas que vive pintadas coloridas e dos cabelos lisos e bem pretinhos que moram em cabanas feitas de palha e comem comida que são do habitat como peixes, aves, frutas e carne de animais e folhas e os remédios que eles utilizam e chás e folhas e sementes”.

**Resposta.** “Eu vejo mulheres segurando crianças, vejo várias pessoas usando poucas roupas e resumindo nuas, vejo pessoas dançando, cantando e caçando, também tem alguns que pedem dinheiros em BRS”.

Há respostas que indicam percepções acerca dos indígenas como pessoas violentas e perigosas, tal percepção está descrita em algumas respostas como: “eu fico pensando que eles são mal o que eles fazem com as pessoas que eles não gostam de gente branca por que a maioria deles são morenos”, ou “para falar a verdade só fico pensando em como seria se eu estivesse lá onde os índios, mas eu imagino que talvez eu estivesse lá acho que eles iriam me matar para eles poderem se alimentar”.

Há a predominância de visões acerca do índio como pessoas violentas, que andam nuas, vivem na mata, caçam e comem animais, porém embora em minoria há a visão do indígena como aqueles que “viviam aqui no Brasil há muito tempo antes mesmos dos portugueses terem chegado aqui no Brasil os indígenas já habitavam, com o descobrimento do Brasil a população indígena foi acabando cada vez mais”. Essa resposta na qual reconhece o índio como o primeiro habitante das terras que é hoje o Brasil. Dos questionários aplicados com 32 alunos é uma das poucas respostas que mais se aproxima de entendimento razoável dos indígenas, menos desprezativo.

Uma outra resposta sobre o que vêm à mente quando ouvem falar em índio, na qual percebe-se um entendimento razoável sobre a questão indígena é “vem o surgimento do Brasil pois os índios estavam aqui quando os portugueses chegaram e também lembra várias brigas até no Maranhão mesmo por passar no jornal de várias brigas com fazendeiros e índios etc. Aqui percebe-se informações que estão para além de

informações em sala de aula, quando o aluno cita as “várias brigas com fazendeiros” informação que segundo o aluno passou em jornais.

Sobre os hábitos e costumes indígenas utilizado por nós brasileiros, das 32 respostas de alunos, apenas 8 dizem não conhecer, a maioria das respostas onde foram citadas as comidas típicas, como o beiju, danças, caçar animais, pescar, fazer chá e curas medicinais,

“ Sim, os índios têm o costume de fazer chá de cascas de frutas ou outras coisas que nós fazemos muito para melhorar de alguma coisa no nosso corpo e também eles têm o hábito de plantar e cultivar o seu próprio alimento coisa que muitos de nós brasileiros fazemos hoje em dia.”

Sobre conhecer alguma palavra de origem indígena utilizada por nós brasileiros, 25 alunos disseram não conhecer nenhuma palavra, os demais citam o quibane que é de origem da palavra africana ‘quibando’ e a caça que vem do latim ‘captiare, captare’, ambas não tendo nenhuma relação com termos e palavras indígenas. Com relação as etnias indígenas existentes no Brasil 30 alunos disseram não conhecer nenhuma etnia, as outras respostas disseram conhecer, mas, não citam nenhuma. Através desses resultados, nota-se um desconhecimento dos diferentes grupos étnicos. A ideia homogeneizadora de índio como sendo todos iguais permanece nas percepções de muitos alunos. Neste sentido, para desconstruir certezas historicamente construídas, faz-se necessário “questionar as afirmações que expressam uma cultura hegemônica que nega, ignora e mascara as diferenças socioculturais” (SILVA, 2012 p.219).

Por certo, denota-se que os indígenas são considerados e descritos como sendo todos iguais, ignoram a diversidade de povos e línguas existentes no Brasil. Hoje grande parte dessa diversidade continua desconhecida. A dificuldade de se ter informações acerca da diversidade indígena se dá “por que há poucos canais e espaços para a expressão diretamente indígena no cenário cultural e político do país” (RICARDO, 1995, p.29). Ainda segundo o autor, isso se dá por viverem em “loais de difícil acesso com tradições orais de comunicação” ao qual se encontram alguns grupos étnicos, estes encontram “barreiras para se expressar livremente com o mundo dos não-índios”.

Diante desses questionários nota-se que há um conhecimento muito reduzido sobre os indígenas e a visão estereotipada prevalece. O índio é descrito como alguém que vive no meio do mato, vive da caça e da pesca e mora em cabanas de palha e ainda são



violentos. Não reconhecem o índio estudante, o índio vestido com roupas de outras culturas, pois para grande maioria eles vivem com pouquíssimas vestes ou nuas. Percebe-se que tais descrições se reportam há um tempo longínquo na qual população indígena viveu. Quando se tem a descrição do índio atual estes são vistos como violentos, ladrões ou pedintes;

“[...] os índios são umas pessoas muito importantes pra nós e outros índios de outro lugar e eles também roubam muito eles tem muitos carros caro, enfim os índios moram nas aldeias e eles também tem muitas casas em barra do corda, tem vez que os carros param eles botam uma corda na BR para pegar dinheiro das pessoas”.

Há que se reconhecer o aumento das informações sobre as questões indígenas que devido aos avanços ocasionados pela Lei 11.645, e também pelos avanços dos meios de comunicação como a TV por meio de telejornais, as informações chegam mais rápido e se espalham também com a mesma rapidez, essa facilidade de comunicação nem sempre correspondem à realidade, no que se refere aos meios de informação.

Apesar do interesse da mídia pelos índios nos últimos 25 anos, o que se informa, e, portanto, o que se "consome" sobre o assunto, são fatos fragmentados, histórias superficiais e imagens genéricas, enormemente empobrecedoras da realidade. A coisa mais comum de se ler ou de se ouvir na imprensa são notícias com o nome das "tribos" trocado, grafado ou pronunciado de maneira aleatória. Não raro um determinado povo indígena associado a locais onde nunca viveu, ou ainda a imagens que, na verdade, são de outro povo indígena. (RICARDO, 1995, p. 31)

Mais ainda do que as fontes escritas, como os livros didáticos, jornais que os alunos possam ter acesso, ou informações transmitidas pelos meios de comunicação há ainda as concepções ou representações de pais, amigos e familiares dessas crianças, o conhecimento seja ele preconceituoso ou não, não é só apreendido no espaço escolar, há que pensar também sobre o que os alunos ouvem no seu dia-a-dia sobre os indígenas. Assim, essas visões preconceituosas e/ou distorcidas da realidade que perpassada pelo senso comum acaba se tornando uma dificuldade para que a sociedade caminhe rumo ao reconhecimento das múltiplas etnias que compõem a sociedade indígena que por sua vez fazem parte do país.

É preciso popularizar resultados de pesquisas que permitam o abandono de visões preconceituosas, empobrecidas e estereotipadas sobre os povos indígenas, arraigadas em paradigmas de que eles não têm futuro, de que a aculturação é seu caminho sem volta, de que fazem parte da natureza, de que estão acabando, física e culturalmente, de que são exemplos pretéritos da evolução humana, etc. (GRUPIONI, 2012, p.29)

Portanto, percebe-se que as representações acerca dos povos indígenas ainda são muito próximas aquelas disseminadas durante o período da colonização. A obrigatoriedade dos conteúdos e História indígenas na sala de aula visa diminuir o preconceito que ainda está muito arraigado na sociedade. A lei abre espaço para as reflexões e discussões acerca das populações indígenas e sobre a intolerância e preconceito ainda existente na sociedade.

Os questionários acima aplicados e analisados podem ser considerados um meio eficaz de conhecer e entender como está sendo feito o reconhecimento da História indígena, como esta vem sendo absorvida pelos alunos; quais as ideias que os alunos têm quando veem um indígena ou quando ouvem falar em índio. Deste modo, fazendo estes questionamentos e refletindo sobre as respostas dadas pode-se entender em que nível de reconhecimento da diversidade, a sociedade, a escola e os estudantes se encontram.

Uma outra maneira de analisar como os alunos percebem essa multiplicidade cultural, é entender como está disposto nos materiais didáticos que lhes são fornecidos como fonte de pesquisa. Ademais, as percepções que os alunos têm sobre os indígenas vem além dos meios de comunicações; como a TV, também através dos conceitos e ideias preconcebidas na própria representação do índio no livro didático.

#### 4. REPRESENTAÇÕES DOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO

Tomar o livro como objeto de pesquisa foi um passo importante para que se abrangesse o foco para outras áreas, como, por exemplo, o interesse pelo o estudo do livro didático. O livro didático fez e faz parte da vida de muitas gerações. Atuou e ainda atua como mediador na construção do conhecimento dos alunos.

O livro escolar vem sendo analisado e pesquisado frequentemente diante da possibilidade de seu uso como instrumento que pode contribuir na valorização das diversas culturas ou na manutenção e legitimação dos preconceitos com o silenciamento em relação as determinadas culturas consideradas minoritárias e sobre outras realidades diversas.

Desse modo, tomando o material didático como difusor de preconceitos através da ideologia contida em seus discursos, segundo Robson Carlos da Silva e Marlene de Araújo Carvalho (2004);

Podemos compreender melhor este caráter do livro didático, enquanto difusor de preconceitos, a partir da compreensão de que nossa sociedade é fortemente marcada pela divisão de classes, onde as classes ou grupos dominantes, ou seja, aqueles que detenham o poder de falar do e sobre o “outro”, determinam as ideias que estão prevalecendo nas “narrativas” e “discursos” presentes nos textos dos livros didáticos, assim como, as representações, concepções e significados que estão sendo difundidas nestes livros na escola. (SILVA; CARVALHO 2004, p.03)

Ainda segundo Silva e Carvalho (2004, p.07) o livro didático “é um espaço privilegiado de circulação e difusão de ideologias, é um espaço onde são difundidos aspectos políticos, culturais, científicos, valorativos, de gênero, etnia, papel social, dentre muitos outros, que caracterizam determinada sociedade e, dentro desta, os grupos, classes e os próprios indivíduos”.

No que se refere o livro didático como objeto de pesquisa, Munakata (2013) descreve algumas das recentes pesquisas relacionadas ao tema;

Um grupo temático bastante profícuo é formado por trabalhos que utilizam os livros didáticos como fontes para a análise da história de disciplinas escolares, cuja pesquisa foi impulsionada pelo artigo programático de Chervel (1990). As disciplinas, segundo a tese bastante conhecida deste autor, mantêm autonomia em relação às chamadas

“ciências de referência”, não se constituindo, portanto, de meras vulgarizações e simplificações, ou seja, “transposições didáticas” do saber erudito, acadêmico. Elas não são apenas um conjunto de conteúdos ao qual se aplica uma “pedagogia lubrificante” (CHERVEL, 1990, p. 181); para Chervel (1990), a própria disciplina constitui a sua metodologia. Além disso, uma disciplina escolar é indissociável das finalidades do ensino escolar, sem o que não teria razão de ser. Para cumprir essas finalidades, uma disciplina compõe-se, além dos conteúdos, dos exercícios e das provas. Cabe, então, examinar como se selecionam e se organizam os conteúdos em cada momento da configuração de uma disciplina; como tal configuração implica uma metodologia; que modalidades de exercícios são propostas; e o que visam a aferir as provas e as avaliações. O livro didático é uma fonte privilegiada dessas indagações, na medida em que contém, por extenso, os conteúdos de cada disciplina e, eventualmente, as atividades e os exercícios. Na impossibilidade de observação direta das situações de ensino de outrora, o livro didático pode conter elementos que mais se aproximam dos programas curriculares então efetivados. (MUNAKATA, 2013, p. 190)

Hoje ele ainda é o instrumento mais utilizado em sala, de aula, daí a importância de pôr o material didático de história como um dos focos de pesquisa na área da educação. Na atualidade com internet, recursos audiovisuais dentre outros, o livro didático ainda ocupa um papel significativo no ambiente escolar.

Os livros que são entregues às escolas serão utilizados por três anos, sendo devolvidos a escola após término do ano letivo para que no ano seguinte possam ser utilizados por outros alunos.

No que se refere ao livro didático como objeto de investigação, a década de 70 e 80 foram marcados pela concepção de que o livro era uma construção da indústria cultural com objetivos ideológicos determinados (FILHO, 2007, p.05). Sendo assim, o livro escolar seria usado como instrumento de dominação para manipulação das massas de estudantes e a serviço das elites burguesas. Nesta perspectiva o livro didático é considerado um objeto cultural produzido a partir da ideologia de uma classe para se ter o domínio de outra. Tendo-o com o objetivo específico.

A burguesia, classe social dominante, para garantir sua hegemonia na sociedade capitalista, utiliza-se dos aparelhos ideológicos do Estado, sendo que o escolar assume a posição preponderante no conjunto desses aparelhos ideológicos, devido a sua eficácia na inculcação dominante. (DEIRÓ, 1978, p.26 apud FILHO, 2007, p.06)

Na concepção de que o livro didático serviria para a dominação de classe, a escola também serviria como meio de reprodução da ideologia dominante, neste sentido,

O aparelho escolar, ao cumprir sua função de instrumento de inculcação da ideologia da classe dominante a classe dominada, sendo a primeira objetivamente antitética a segunda, comete necessariamente um ato de violência, mesmo que simbólica: reside no fato de se veicular por meio do aparelho escolar e, principalmente na rede de ensino de primeiro grau oficial, onde a maioria da clientela pertence a classe proletária, uma visão de mundo da classe dominante, como sendo a única verdadeira. Surgindo, ainda, que outras visões de mundo são inferiores anticulturais. (DEIRO, 1978, p.27 apud FILHO, 2007, p.06)

Segundo Orlando José de Almeida Filho (2007, p.08), o aspecto dessa concepção de estudos predominante no Brasil até anos de 1980, buscava relacionar a ditadura militar e a produção dos livros didáticos como sustentação ideológica e cultural escolar. Tinha como centro estudar a comunicação visual ou escrita, veiculada por esses instrumentos de dominação burguesa.

Entendendo o livro didático como produto intelectual de um sujeito e entendendo o sujeito como alguém carregado de valores e preconceitos, sendo acumulado ao longo de sua existência e experiência, chega-se à conclusão de que o livro didático carrega e dissemina, os mesmos valores de quem os organiza e escreve, ocasionando no preconceito e discriminação relacionados a determinados grupos étnicos. Entende-se como preconceito e discriminação como; “atitudes que acabam, muitas vezes, engendrando hostilidade, de uma parte da população dominante sobre outros grupos étnicos ou minorias” [...] (GRUPIONI, 1995, p.484).

Tais atitudes preconceituosas contidas nos manuais didáticos vêm sendo nas últimas décadas muito combatidas a exemplo tem-se a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileira posteriormente reformulada pela Lei 11.645/08 que inclui no ensino a temática relacionada ao indígena. Assim, no ensino torna se obrigatório a História e Cultura afro-brasileira e Indígena.

As representações das minorias no livro didático na qual podemos citar, mulheres, negros, homossexuais etc., tem-se o indígena igualmente importante, onde faz –se necessário, integrar a sua história e participação social na formação do Brasil nos materiais didáticos para o alcance do conhecimento a todos os estudantes. Deste modo, a

preferência do livro didático como meio de compreender como é vista a população indígena, se dá por que muitas vezes é o único material que professores e alunos tem contato durante o ano escolar, tornando-se a única fonte de conhecimento que principalmente as crianças tem acesso;

O livro didático é um objeto de pesquisa importante na História da Educação, pois ele acompanha os alunos em todas as fases da aprendizagem, é, portanto, de uma memória nacional, possui um valor cultural e merece todo o nosso respeito, porém, não vem recebendo um tratamento adequado. (MARIANO, 2006, p.21 *apud* BOIANO; OLIVEIRA, 2015, p.75).

Sendo assim, tomando como ponto de partida a Lei 11.646/08 a análise dos livros didáticos é dos meios importantes para se ter uma ideia de como esses manuais abordam a temática indígena, entender como os índios são descritos nesses manuais torna-se um meio de saber como a lei afetou as escolas e o ensino como um todo, quais as mudanças e principalmente se ainda há a permanência de escritos estereotipados ou reduzidos dos indígenas no Brasil.

Como complemento dos questionários já aplicados e analisados, faz-se necessário refletir sobre um dos instrumentos utilizados pelo aluno durante todo o ano escolar que é o livro didático. O livro em análise é o “História Sociedade e Cidadania” de Alfredo Boulos Júnior (6º e 7º), atualmente utilizados na escola Municipal Governador Archer.

De início será analisado o livro de 6º ano que é disposto em 14 capítulos, onde somente um faz referência aos indígenas no Brasil, o capítulo 5 “Os indígenas: diferenças e semelhanças”, logo no início do capítulo o autor aborda a questão indígena no tópico intitulado “Povos indígenas no Brasil”, onde descreve como eram as aldeias indígenas quando o primeiro navio português chegou a estas terras. Utilizando dados do IBGE, faz uma comparação populacional de indígenas que aqui se encontravam com a quantidade hoje existente no Brasil, mas o que chama atenção é o uso das imagens logo abaixo do texto acompanhado de uma nota explicativa.

## IMAGEM 01- INDÍGENAS NA CIDADE (2) E EM ALDEIA (1)



**FONTE:** Boulos Júnior (2015a)

A imagem teria por objetivo mostrar os espaços em que os indígenas ocupam. De acordo com a figura 1 e segundo a nota explicativa ao lado, uma parte dos indígenas vivem em áreas indígenas e a outra metade indicada pela figura 2 vivem em cidades. Observa-se que os tamanhos das imagens são indiscutivelmente diferentes, a imagem 2 que revela o indígena em espaços para além das comunidades indígenas tem o tamanho muito reduzido ao contrário da figura 1 que retrata o indígena vivendo nas comunidades indígenas na qual se verifica ser bem maior.

No entanto, visualmente o aluno pode se deter somente a imagem que lhe é mais ampla, tornando-se mais significativa, embora tenha a nota explicativa a leitura de imagem ainda é muito presente no processo de conhecimento dos alunos. Assim, o aluno pode intuir a partir da imagem que lhe chama mais atenção que todos os indígenas, se pintam e usam cocais proporcionando uma visão genérica do que é ser índio.

Portanto, há que se fazer referência a lei 11.645/08, pois a mesma direciona o ensino da temática indígena, a qual abrange também como essa temática é abordada nos livros didáticos, assim com o objetivo de atender as exigências dessa lei, há que se fazer a reflexão sobre os indígenas, não importando o espaço em que vivem, seja no rural referente aos locais indígenas ou nas cidades evidenciando a migração desses indígenas,

seria interessante refletir o porquê os indígenas saem do campo para as cidades. Segundo Silva,

Os deslocamentos dos indígenas para as cidades historicamente ocorrem por migrações forçadas em razão de conflitos e expulsões de suas terras, pelas buscas de melhores condições de vida tendo em vista, por exemplo, as condições ambientais como é o caso da Região Nordeste que enfrenta períodos de longas estiagens ou secas prolongadas provocando o êxodo de moradores no campo. (SILVA, 2015, p.15)

Nesse contexto, caberia também uma escrita que deixasse evidente que apesar de existirem grupos indígenas com modos de ser próprios, existem indígenas que se reconhecem como sendo indígenas vivendo em outros espaços que não necessariamente tenha que ser por causas de força maior como citado por Silva (2015).

Ainda no mesmo capítulo o autor afirma que “ as histórias e as culturas indígenas marcaram profundamente nosso modo de ser, nossos hábitos e nossa língua”. Essa afirmação poderia ser mais explanada e exemplificada para que o aluno seja capaz de fazer uma ligação entre os indígenas e a sociedade considerada não-indígena. Uma maneira possível conseguir isso seria fazer com que os alunos saibam reconhecer os hábitos e costumes que a sociedade pratica e que vem de origem indígena, frisando que tais hábitos são praticados tanto por indígenas que vivem em comunidades indígenas e nas cidades, e também por pessoas não-indígenas.

Embora o capítulo seja direcionado aos povos indígenas, evidenciando suas diferenças e semelhanças, seria importante que se fizesse uma ponte entre esses indígenas com a sociedade não indígena, evidenciando os espaços urbanos que eles ocupam atualmente, como nas universidades, por exemplo, evidenciando que o processo de migração e mudança para o meio urbano não faz desse indígena um não-indígena.

A representação indígena no contexto nacional, tendo como base a reflexão acerca dos livros didáticos, apesar dos avanços em termos legais, tomando a Lei como um avanço para a população indígena, ainda não foi e não está sendo suficiente para mudar e alargar o conhecimento a respeito do indígena.

Embora muito tenha mudado, quando se fala em assistências, em direito para os povos indígenas, em respeito para com estas sociedades e sua história, ainda existe uma ideia de que o indígena só é indígena se morar na floresta, se não possuir nenhum contato com a cultura não índia, e,



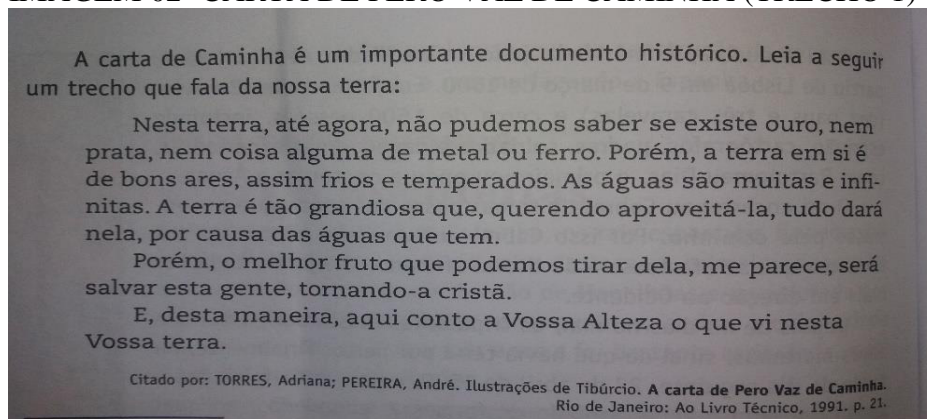
portanto, se não utilizar roupas ou equipamentos tecnológicos. (BOIANO; OLIVEIRA, 2015, p.76)

Ainda sobre o capítulo do livro do 6º ano, ao abordar as semelhanças entre os indígenas, é citada a questão da divisão do trabalho entre homens e mulheres. A partir disso, sabe-se que, as tarefas femininas são “ plantar, acompanhar o crescimento da lavoura e colher”, “coletar frutos, como castanha e o pinhão” , “ transportar produtos”, produzir farinha”, “ tecer redes, fazer cestos, vasos e objetos usados em rituais e festas, “preparar alimentos e cuidar das crianças”; enquanto que as tarefas masculinas são; “derrubar a mata para preparar a terra para o plantio”, “construir armas de guerra, canoas e moradias”, “ cuidar da segurança do grupo; caçar e pescar”. Neste sentido, percebe-se que são destacados costumes relacionadas as práticas do dia a dia. Não é feita uma reflexão acerca da religiosidade indígena e sua maneira de ver o mundo a partir dela, sobre as características gerais dos povos indígenas;

Praticamente todos os livros informam coisas semelhantes e privilegiam os mesmos aspectos da sociedade tribal. Assim, todos os que lerem aqueles livros saberão que os índios fazem canoas, andam nus, gostam de se enfeitar e comem mandioca, mas, por outro lado, ninguém aprenderá nada sobre a complexidade de sua vida ritual, as relações entre esta e sua concepção do mundo ou da riqueza de seu sistema de parentesco e descendência" (ROCHA, 1984, p.27 *apud* GRUPIONI, 2012, p.16).

O livro do 7º ano é organizado em 14 capítulos, no qual 4 capítulos se referem a história do Brasil e serve de análise da temática indígena. O primeiro capítulo é o capítulo 10 intitulado “Grandes navegações”. Trata do processo de conquista dos europeus através dos oceanos, em que um dos tópicos do capítulo descreve o processo de conquista de Pedro Álvares Cabral das terras brasileiras. Nesse mesmo sub tópico o autor cita a carta de Pero Vaz de Caminha como uma importante fonte histórica;

## IMAGEM 02- CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA (TRECHO 1)



FONTE: Boulos Júnior (2015b)

Esse trecho relata o que a princípio o europeu pensava sobre os povos que aqui se encontravam, uma “gente” que precisava ser salva, e para ser salva somente através da religião católica entendida pelos portugueses como a única e válida. A menção dada aos indígenas neste capítulo é muito reduzido. Diante do recorte aqui evidenciado sobre a carta de Caminha, talvez caberia um breve relato sobre os costumes indígenas antes da chegada dos portugueses, evidenciando as diferentes visões de mundo tanto dos europeus quanto dos indígenas. Diante disso, percebe-se no relato da chegada dos portugueses a permanência da visão na perspectiva do europeu.

O capítulo 11 intitulado, “América: Astecas, Maias, Incas e Tupis”, apresenta os povos americanos que viveram na América antes da chegada dos europeus. Inicialmente o autor apresenta as fontes para o estudo dos povos americanos: fonte de cultura material, fontes escritas e fontes visuais. Sobre os astecas é relatado onde viviam, sua trajetória até erguerem a cidade de Tenochtlán, na qual se tem um sub tópico referente a essa capital asteca, em um outro tópico refere-se a sociedade asteca, e em último sub tópico “Esporte e saúde”, é evidenciado os esportes praticados pelos astecas e os tratamentos voltados para a saúde. Em relação aos maias é evidenciado as cidades maias, a sociedade e economia e a astronomia, onde cada temática citada é referente a um sub tópico. No que diz respeito aos incas tem-se a origem inca, onde viviam e como viviam, sobre as cidades incas e outro subtópico “técnica, trabalho e impostos”. Percebe-se que cada característica referente as sociedades maia, asteca e inca era disposto em um subtópico.

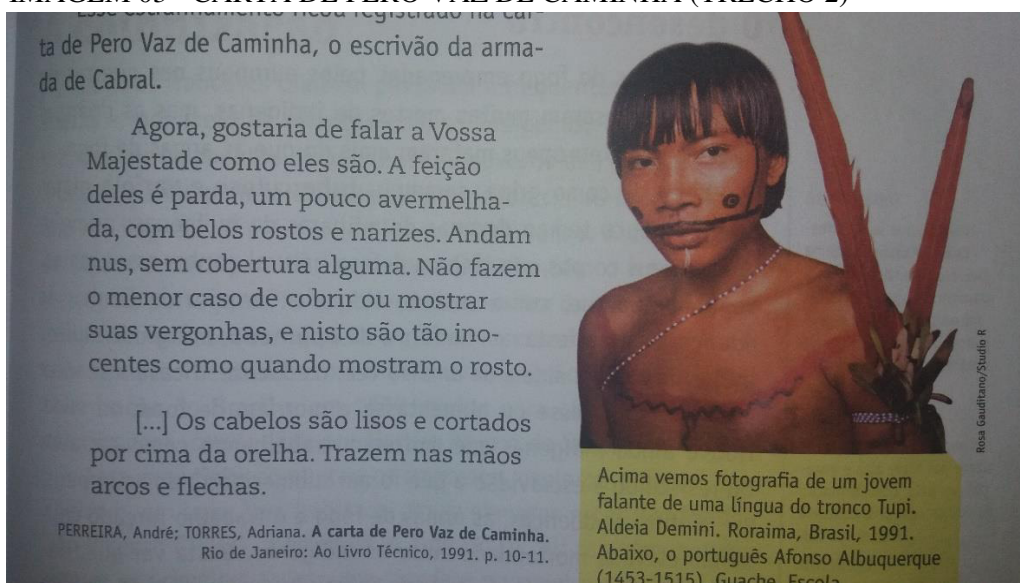
Porém em relação aos tupis, não há essa organização de temática. O texto é bem resumido se comparado aos outros povos americanos. Sobre os tupis tem-se o tópico

“um modo próprio de governar” onde se evidencia a forma de governo dos tupis onde cada aldeia tinha um líder, logo adiante há o tópico “Indígenas no Brasil e suas contribuições”, onde cita como uma das maiores contribuições dos indígenas como sendo as plantas alimentícias e as medicinais, seguido pelo tópico “Plantas alimentícias” onde há a apresentação de imagens de plantas domesticadas pelos ameríndios. Assim;

[...] pode-se dizer que a escrita sob a perspectiva eurocêntrica, pouco aborda, ou até mesmo, traz contribuição com significados positivos acerca dos indígenas, a exemplo dos seus conhecimentos sobre as ervas, suas artes, entre outros (CHAGAS; NASCIMENTO, 2014 p.160)

No capítulo 13 “Colonização portuguesa: administração” diz respeito ao primeiro contato de portugueses e indígenas e o estranhamento devido a suas aparências. Sobre essas diferenças há transcrito um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha;

#### IMAGEM 03- CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA (TRECHO 2)



**FONTE:** Boulos Júnior (2015b)

Neste recorte, a carta de Caminha narra as características dos indígenas que aqui estavam durante a colonização portuguesa, no entanto, ao lado há a associação da imagem de um índio de 1991 como se percebe na legenda. Tal associação pode inferir que todos os indígenas da contemporaneidade, ou seja o índio que vive hoje tem as mesmas características de quando os portugueses aqui chegaram, características como possuir arcos e flechas nas mãos, acabam se generalizando na concepção em relação aos indígenas atuais.

Ao considerar o indígena ou os grupos indígenas como imutáveis, tendo sua existência estagnada somente no passado é está negando sua existência na contemporaneidade, segundo (GRUPIONI, 2012, p. 15): “[...] a história é abordada como se não fosse algo em progresso, que acumula e se transforma, mas sim algo estanque, marcado pelos eventos significativos de uma historiografia basicamente europeia”.

Ainda sobre o capítulo 13 no tópico “Igreja e governo na colônia” trata da atuação em conjunto do governo e da igreja, onde a “igreja difundia hábitos europeus de trabalho e comportamento entre indígenas e africanos”, no subtópico “ A expansão do catolicismo e a ação dos missionários” se refere a ação missionária dos jesuítas no Brasil, onde em relação a este fato diz que “os jesuítas deram especial atenção à formação e à conversão (catequese) das crianças indígenas e por meio delas, buscavam atingir os adultos”. Não se ver nos trechos sobre a influência da igreja perante os indígenas, relatos de resistências desses indígenas, o que pode fazer com os alunos entendam que houve uma certa passividade dos indígenas em relação a conquista portuguesa.

No capítulo 14 “Economia e sociedade colonial açucareira”, o indígena só é abordado no início do capítulo quando cita a passagem da escravização indígena iniciada no século XVI para a escravização africana ocorrida na passagem do século XVI para o século XVII. A partir da referida menção ao indígena o capítulo aborda vários aspectos do Brasil colonial como: a sociedade açucareira, os senhores de engenho, os comerciantes, os escravizados, os assalariados, Holandeses no Brasil, a guerra por açúcar e escravos, invasão da Bahia, a invasão de Pernambuco, Nassau no Brasil holandês, a reação luso-brasileira e a Guerra dos Mascates. O indígena não aparece em nenhum desses subtópicos, é como se a partir da entrada dos negros africanos no Brasil a ser escravizados, os indígenas tivessem simplesmente sumido. Neste sentido, segundo (BOIANO; OLIVEIRA, 2015, p.77) “muitos são os materiais didáticos que abordam os indígenas no início da colonização, destacando a grande mortalidade e os momentos trágicos de exploração que estes sofreram, e então os mesmos “desaparecem” da história”.

Assim, percebe-se que ainda há livros didáticos que condicionam a existência da população indígena a colonização europeia, e também como se não tivessem história e continuidade de seu povo nos séculos seguintes até a atualidade, além de ter sua história reduzida e minimizada. De acordo com Grupioni (1995);

[...] a imagem do índio no livro didático não é una. Há diferentes imagens, contraditórias entre si, fragmentadas nos manuais escolares. Assim como também são fragmentados os momentos históricos nos quais os índios aparecem. Os livros didáticos produzem a mágica de fazer aparecer e desaparecer os índios na história do Brasil. (GRUPIONI, 1995, p.488)

Diante do exposto acima, nota-se que há avanços no que se refere a inserção da temática indígena nos livros didáticos, porém a abrangência dada aos indígenas ainda se encontra muito reduzida. Porém, há um outro aspecto também muito importante no processo de aprendizagem capaz de levar os alunos a uma reflexão sobre o indígena e sua cultura: o professor, este seria capaz de mesmo com livros didáticos totalmente impróprios a temática indígena, fazer uma reflexão sobre o porquê de certas concepções acerca dos indígenas. Para tanto, este mediador da aprendizagem teria que, em sua formação, também tivesse um ensino voltado para as questões indígenas.

Partindo do pressuposto estabelecido em Lei, cabe aos professores e a escola divulgar e produzir atitudes em prol das relações étnico-raciais, e assim incluir no ensino os aspectos relacionados as duas culturas étnicas que participaram da construção da sociedade brasileira; a negra e a indígena;

Em relação ao ensino de história e cultura indígena se faz necessário um apoio aos professores para elaboração de planos, projetos e seleção de conteúdos com foco nas relações étnico-raciais. Também mapear e divulgar experiências pedagógicas, verificar as principais dúvidas e dificuldades dos professores em relação ao trabalho com a questão étnica. (NASCIMENTO, 2013, p.155)

Entendendo o professor como um sujeito importante na aprendizagem, por ser ao mesmo tempo afetado pela Lei 11645, e atuante na efetivação desta, o professor seria aquele que propicia com apoio do material didático a avaliação e reavaliação de posturas e conceitos por parte dos estudantes. Dessa forma, faz-se necessário saber qual o posicionamento dos professores em relação aos indígenas e ao material didático disponível aos alunos.

#### **4.1. Representações de professores acerca do índio**

Tendo o professor como participante e colaborador do processo de aprendizagem, faz-se necessário saber como esses professores veem o indígena e como

eles percebem a temática indígena dentro da escola. Buscando responder a este questionamento foi aplicado um questionário aos professores da Unidade Integrada Municipal Governador Archer, a mesma escola onde foram aplicados os questionários aos alunos, cujo dados já foram analisados e os livros analisados.

Devido ao tempo e ao término do ano letivo não foi possível estender a aplicação deste questionário a todos os professores da escola, assim somente três professores responderam aos questionários.

1. Quando você ouve falar em “índio” o que vem em sua mente?

**Resposta 1:** como professor de História ao falar de índios a primeira imagem que me vem à mente são os abusos sofridos durante os séculos. Penso num povo discriminado tratado como inferior pela grande maioria das pessoas.

**Resposta 2:** Quando falam sobre índio, lembra-me como foi explorado por causa de sua ingenuidade nata. Por outro lado, a convivência dos órgãos que deveriam protegê-lo, refiro-me em relação às terras.

**Resposta 3:** povos nativos da América, com costume e cultura específica

Percebe-se na resposta dos professores que o índio é visto e percebido como aquele que foi por muito tempo explorado e discriminado, não há nenhuma referência as características dos indígenas, nem sua contribuição cultural a sociedade não indígena. Assim, para dispor de um conhecimento mais amplo acerca dos indígenas reduzindo atitudes discriminatórias e preconceituosas, “é preciso gerar ideias e atitudes novas, num processo que deve ser levado tanto a nível individual como coletivo. Isso se faz com informações corretas e contextualizadas, que levem as pessoas a refletirem sobre suas posturas e atitudes cotidianas” (GRUPIONI, 1995, p.492)

Em relação a segunda pergunta sobre como o professor considera a abordagem da temática indígena no livro didático que trabalha, dos 3 professores 2 marcaram a opção ‘pouco adequada’, assim sendo o material didático pouco adequado com relação a história indígena e este sendo muitas vezes o único material que chega às mãos dos alunos, pode se inferir que estes alunos também assimilam um conhecimento pouco adequado sobre os indígenas. Neste sentido, há um reconhecimento das deficiências contidas no livro

didático por parte dos professores. Reconhecida os problemas e dificuldade em relação a temática indígena nos materiais utilizados pelos alunos seria necessário então;

[...] rever nossos conhecimentos, perceber nossas deficiências, buscar novas formas e novas fontes de saber. O professor precisa levar para dentro da sala de aula a crítica séria e competente dos livros didáticos e o exercício de convívio na diferença, não só entre membros de sociedades diferentes, mas também entre aqueles que têm origens regionais e culturais diversas. (GRUPIONI, 1995 p.492)

Ao serem perguntados se há preconceito contra o índio no Brasil, os 3 professores disseram que SIM, ao pedir que justifiquem tem-se as seguintes respostas;

**Resposta 1:** Certamente o preconceito contra o indígena no Brasil é algo real. Ao meu ver o preconceito contra o indígena é antes de ser uma questão social é histórico, uma vez que desde a chegada dos europeus ao Brasil o índio é visto como um ser inferior, visão essa que se mantém até os dias de hoje.

**Resposta 2:** Na verdade o preconceito não apresenta como racial, mas como social. Porque surge uma sociedade gananciosa a ponto de tentar usurpar um direito que o índio já conquistado por ser o primeiro dono da terra. Daí surge uma discriminação em relação ao poder direcionado a essa terra.

**Resposta 3:** devido à pouca visibilidade que é dada a eles, pois há pouca informação de sua cultura, de sua vida do seu espaço e diretos.

Ao responder sobre como a escola aborda a temática do índio, dois professores marcam a seguinte alternativa “ Nas aulas de história e em outras disciplinas de forma superficial (normalmente através do livro didático) ”, a terceira resposta afirma que a escola aborda a temática indígena “de forma interdisciplinar, enfatizando as contribuições culturais do índio e desconstruindo preconceitos lançados a esses grupos populacionais”.

Diante dos resultados acima apontados, pode-se entender que apesar da Lei 11.645/08, ainda há muito o que avançar dentro das escolas no que se refere a história indígena e seu reconhecimento cultural diante da sociedade onde os próprios professores reconhecem as falhas que ainda existem na efetivação dessa lei. Tal reconhecimento do que precisa ser melhorado possibilitaria que os professores, a partir desse entendimento propiciassem uma reflexão acerca desses equívocos presentes nos livros, e a não contemplação da temática indígena pela escola. Assim estaria-se fazendo com que o aluno

percebesse a realidade a sua volta, pois é reconhecendo o preconceito existente que se poderá combatê-lo.

Uma das dificuldades de trabalhar a questão indígena na sala de aula seria a falta de informações sobre a realidade indígena local, pois além de muito limitado os conhecimentos já existentes com relação aos indígenas nos livros didáticos o pouco que se diz sobre os indígenas é sobre os que se encontram no Amazonas. Segundos dados do IBGE de 2010, no Maranhão existe cerca de 38.831 indígenas sendo que 29.621 vivem em terras indígenas e 9.210 vivem fora das terras indígenas gerando um percentual de 76.3 % de índios em terras indígenas, estas informações, por exemplo, não se encontram nos livros didáticos, muito menos no que se refere a cultura indígena e etnias no estado. Neste sentido, para Oliveira e Mesquita (2016);

[..] um dos desafios para cumprimento da lei 11.645/08 são os limitados conhecimentos sobre a história e cultura indígena local. Necessário se faz que novas representações sobre os índios, que considerem as especificidades regionais contemporâneas, sejam construídas e cheguem às salas de aula. (OLIVEIRA; MESQUITA, 2016 p.04)

Desse modo, faz se necessário que existam mais informações sobre a realidade local de cada Estado, nos livros didáticos ou por outros meios que seja de fácil acesso a alunos e professores. Uma outra maneira de se trabalhar a questão indígena está nas respostas que todos os três professores indicaram ao responder afirmativamente que há preconceito contra os indígenas, levando essas discussões para dentro da sala de aula, proporcionando uma reflexão por parte dos alunos a respeito dessas questões.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei 11.645 de 2008 é um grande avanço no que se trata das conquistas dos indígenas, possibilita a inserção da sua cultura e história no currículo escolar, porém não há um resultado imediato de mudanças de consciência, tal objetivo vem a longo prazo, enquanto isso, a lei abre espaços para reflexão sobre a história indígena em sala de aula e sua efetivação. Por meio de pesquisas como esta, faz-se com que haja um entendimento acerca de como está sendo abordado a história indígena no ensino escolar tendo como base a Lei 11.645, existente há nove anos possibilitando, embora que lenta um reconhecimento da diversidade étnica do país.

Nos questionários aplicados direcionados aos alunos do 6º e 7º ano e aos professores, bem como a análise dos livros didáticos mostram que ainda há muito a se fazer em relação a história e cultura indígena no ambiente escolar. Apesar dos avanços proporcionados pela lei, ainda há conceitos errôneos e estereotipados relacionados aos indígenas, é o que se percebe nas respostas dos questionários direcionados, onde a grande maioria dos alunos vêem os indígenas como sendo pessoas vivendo na floresta, que vivem da caça e da pesca, andam nuas, e ainda mais, considera-os como sendo perigosos e violentos. A maioria dos alunos participantes da pesquisa não associam os indígenas a espaços como a escola, ou seja, não reconhecem o indígena para além de territórios indígenas.

As análises dos livros demonstram a pouca evidência que ainda é dada aos indígenas. Pouco se diz sobre o indígena no Brasil e sua contribuição para a sociedade, informações vagas e gerais é o que se encontra, onde é enfatizada são as contribuições relacionadas a alimentos e plantas medicinais, e ainda em várias partes da história do Brasil o indígena não é mencionado.

A lei, apesar de não acabar de imediato com os estereótipos contidos nos conteúdos nos livros didáticos, em especial os de história, possibilita o aumento das discussões acerca da temática indígena, o que é muito importante para não deixar cair no esquecimento, propondo reflexões e alternativas para o reconhecimento e valorização do indígena como etnia participativa e contribuinte para a formação cultural do país.

Durante o processo de pesquisa uma das dificuldades foi o tempo disponível para se aplicar os questionários em todas as turmas por ser final de ano letivo, nem todos

os professores participaram da pesquisa também pelo mesmo motivo. Ao se reportar a direção da escola para saber quais livros eram utilizados pelos alunos e se poderiam ceder para fins de pesquisa acadêmica houve uma certa relutância por parte da escola para ceder os dois livros necessários para análise para compor este trabalho, segundo a direção não teriam mais livros guardados, sendo somente disponível após o término do ano letivo.

Assim dentro das possibilidades e do pouco material disponível se comparado a ideia inicial que seria abranger toda a escola, os alunos e professores, e a partir dos resultados da pesquisa, foi possível identificar como os alunos percebem os indígenas, como eles o conceituam e como os livros abordam a temática indígena.

## 6. REFERÊNCIAS

BIGELI, Maria Cristina Floriano. **Os indígenas no ensino de história: representações produzidas a partir dos discursos do “Currículo do Estado de São Paulo” e de professores da rede estadual de ensino.** XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis- SC, 2015.

BOIANO, Mariangela Küller; OLIVEIRA, Oseias de Oliveira. **A PRESENÇA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PARANÁ (2000-2011).** Interfaces Científicas - Educação • Aracaju • V.3 • N.3 • p. 73 - 84 • Jun. 2015.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. Sociedade e cidadania – 6ª ano. São Paulo: FTD, 2015a.

\_\_\_\_\_. Sociedade e cidadania – 7ª ano. São Paulo: FTD, 2015b.

BRASIL. **LEI Nº 11.645.** <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)> Acesso em : 28/11/2017.

BRITO, Danilo Lopes; DONA, Fabiano Dalla. **SOBRE A NOÇÃO DE ESTEREÓTIPO E AS IMAGENS DO BRASIL NO EXTERIOR.** Revista Graphos, vol. 16, nº 2, 2014, UFPB/PPG, ISSN 1516-1536 1.

CARVALHO, Marlene de Araújo; SILVA, Robson Carlos da Silva. **O LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO DE DIFUSÃO DE IDEOLOGIAS E O PAPEL DO PROFESSOR INTELLECTUAL TRANSFORMADOR.** In: III Encontro de Pesquisa em Educação e II CONGRESSO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO, 2004, TERESINA. EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO. TERESINA: EDUFPI, 2004. p. 67-68.

CHAGAS, Waldeci Ferreira; NASCIMENTO, Damião Cavalcante do. **A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA.** Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História - ANPUH –PB. XVI Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964. Campina Grande. 25 a 29 de agosto de 2014. p. 156-168.

DAVIS, Nicholas. **As camadas populares nos livros de História do Brasil.** In: O ensino de História e a criação do fato/ Jayme Pinsky (autor e organizador). – 14. Ed., 1º reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2012.

FILHO, José Orlando Almeida. **Historiografia, história da educação e pesquisas sobre o livro didático no Brasil.** 2007.

GRUPIONI, Luís D. B. **Livros Didáticos e Fontes de Informações sobre as Sociedades Indígenas no Brasil.** In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís D. B. (Org). **A temática Indígena na Escola.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. “**Subsidio a Formulação e Avaliação a Políticas Educacionais Brasileiras**”. CNE/UNESCO, 2012.

IBGE- < [https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/verso\\_mapa\\_web.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/verso_mapa_web.pdf)>

MOTA, Lúcio Tadeu; RODRIGUES, Isabel Cristina. **A QUESTÃO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO "Toda a História"**. Trabalho apresentado no III Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, Curitiba, UFPR, de 20 a 23 de julho de 1998. O livro analisado é Toda a História de Jobson de Arruda e Nelson Piletti, editado pela Editora Ática de São Paulo, edição de 1995.

MOREIRA, Maria Geralda de Almeida. **Entre silêncios e representações: história e cultura indígena no ambiente escolar**. Polyphonia, v. 24/1, jan./jun. 2013.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro Didático: alguns temas de pesquisa**. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012. Disponível em <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/455/343>> acesso em: 25 de out. 2017

NADAI, Elza; BITTENCOURT, Circe. **Repensando a noção de tempo histórico no ensino**. In: O ensino de História e a criação do fato/ Jayme Pinsky (autor e organizador). – 14. Ed., 1º reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2012.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. **História e cultura indígena na sala de aula**. **Revista Latino-Americana de História** Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial.

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana; MESQUITA Ilka Miglio de. **DESAFIOS NO ENSINO DE CULTURA INDÍGENA: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL**. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional. v. 9, n. 1 .2016.

RIBEIRO, Tadeu Ferreira Ribeiro; POLONIAL, Juscelino Martins. **REFLEXOES SOBRE O ENSINO DE HISTORIA E O SABER HISTORICO NA SALA DE AULA**. Disponível em: <[WWW.ceped.ueg.br](http://WWW.ceped.ueg.br)> Acesso em: 21/03/2015.

SILVA, Edson. **OS POVOS INDÍGENAS E O ENSINO: POSSIBILIDADES, DESAFIOS E IMPASSES A PARTIR DA LEI 11.645/2008**. In: FERREIRA, Gilberto Geraldo; SILVA, Edson Hely; BARBALHO, José Ivamilson Silva. (Orgs.). **Educação e diversidade: um diálogo necessário na Educação Básica**. Maceió, EDUFAL, 2015, p.161-180

SILVA, Edson. **O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008**. *Revista História Hoje*, v. 1, no 2, p. 213-223 - 2012

SECAD/MEC - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). **Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola.** Cadernos Secad 3: Brasília, 2007.